

de diacríticos, como os pontos de interrogação e exclamação, as reticências, e teremos um quadro aproximativo das tarefas da Estilística. E quanto ao "discurso"? Será assim tão resistente a um tratamento científico? Na análise da conversação, como sistematizar, p. ex., o gaguejo, a interrupção, a tosse, o resmungo, a elevação da voz, o cochicho, a meia voz, etc.? Colocaremos isso na parte física do mecanismo psico-físico de Saussure? E as sutilezas de pensamento, as indiretas, as ironias, irão para a parte psíquica? Quem poderá deter o fluxo psico-físico da fala? E esse estudo, que disciplina dele se ocupará? A Lingüística, a Velha Retórica, a Nova Retórica, *chi lo sa?*

Benveniste, estudando os níveis da análise lingüística, pôs a frase como nível superior da língua. Acima da frase estaria o *discurso*, "outro universo", o da língua como instrumento de comunicação, que teria a frase por unidade. Nesse caso, ingressaríamos numa espécie de Gramática do Texto. É o que nos parece melhor.

Sílvio Elia

*

PEREIRA, Maria Teresa G. (org.). *Língua e Linguagem em Questão*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.

Em outubro do ano findo, realizou a UERJ o *I Fórum de Estudos Lingüísticos da Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras*, com pleno êxito. A presente publicação é uma recolha dos trabalhos então apresentados, ao todo 21, que podemos assim distribuir:

a) Padronização gramatical.

Evanildo Bechara – *Sobre uma gramática padrão da língua portuguesa*.

Luiz Carlos Travaglia – *Gramática Padrão: suas bases e ampliação das mesmas*.

José Carlos Azeredo – *Reverendo análises: a descrição sintática e seu ensino*.

Sírio Possenti – *Por que (não) ensinar gramática na escola ?*

Maria Margarida Martins Salomão – *Lingüística e ensino do Português: variações sobre um tema recorrente*.

Valéria. Coelho Chiavegatto – *A Lingüística e o ensino da língua portuguesa*.

b) Estudos Gramaticais.

Cláudio César Henriques – *Estudos lingüísticos: univocidade de um adjetivo*.

Horácio Rolim de Freitas – *Atual visão lingüística do processo derivativo da parassíntese*.

c) Lexicologia.

Andre C. Valente – *A criação vocabular: os neologismos*.

Laerte Carpena de Amorim – *Dialectologia e Lexicologia..*

Antônio Geraldo da Cunha – *Estudos lexicológicos e trabalhos lexicográficos nos países de língua portuguesa.*

d) Texto e Discurso.

Maria das Graças Dias Pereira – *Debate e Réplica no discurso acadêmico escrito em Lingüística: estratégias de proteção, de destruição e de recuperação da face.*

Bethania Sampaio Corrêa Mariani – *A citação na produção textual: o Diretório dos índios.*

Ângela B. Kleiman – *Análise e produção de textos.*

e) Estudos Gerais.

Evanildo Bechara. – *Os diversos saberes.*

Ângela Vaz Leão – *A Lusofonia: usos e lugares.*

Agostinho Dias Carneiro – *Interpretação e Lingüística.*

Carlos Eduardo Falcão Uchoa – *A Filologia. e a Lingüística no Brasil: para a história de uma relação no campo do estudo da linguagem no século XX.*

Eulália Fernandes – *Aquisição da linguagem: uma visão lingüística.*

Rosa Marina de Brito Meyer - *Teoria Semântica: visão geral e tendências atuais.*

Maria Teresa Gonçalves Pereira – *A questão estilística: de problemas e de alternativas.*

Como se vê, temas aliciantes, sobre os quais haveria muito que dizer. Infelizmente temos de restringir-nos a breves comentários a alguns dos artigos supracitados, embora todos mereçam igual apreço.

Abre a seqüência a contribuição do Prof. Evanildo Bechara sobre os saberes lingüísticos, que, seguindo a lição de mestre Eugenio Coseriu, assim enuncia: saber *elocutivo*, próprio do plano do falar em geral, saber *idiomático* correspondente ao plano da língua particular e saber *expressivo*, que diz respeito ao plano da fala individual.

Mais extenso e muito bem fundamentado é o artigo em que trata do que entender por "gramática padrão". Ainda na linha sempre lúcida do Prof. Coseriu, a define como aquela que tem por objeto a exposição da *língua exemplar*, "modo de falar idealmente unitário, historicamente estabelecido" (p. 46). Esse estudo do Prof. Bechara torna-se leitura obrigatória para quem deseje um conceito seguro de *língua padrão*, sem o perigo de extravasar para campos ideológicos que encobrem e perturbam o sentido de uma autêntica investigação científica.

Ângela Vaz Leão, a nossa lingüista *prima inter pares*, comparece com modelar contribuição respeitante aos usos e lugares da lusofonia. Quanto aos usos, reporta-se a uma discriminação em quatro tipos, do Prof. Robert Hall Jr., da Cornell University (U.S.A.), a saber: *nativo, oficial, língua franca,*

pidgin/crioulo, que adota em sua exposição. Cremos que se poderia acrescentar o uso *literário*. No tocante ao espaço da lusofonia, alude ao que chama "ilhas lingüísticas", núcleos de luso-falantes espalhados pelo mundo. E cita a colônia portuguesa de New Bedford (Massachusetts), a concentração em Miami ou Nova Iorque de brasileiros procedentes, na maior parte, da cidade mineira de Governador Valadares, e ainda a imigração em massa de portugueses para a França, tão intensa, que o número desses imigrantes "fez de Paris a segunda cidade de população portuguesa no mundo, só superada por Lisboa" (p. 24). Lembro que, em meu livrinho sobre *A Língua Portuguesa no Mundo*, incluí essas "ilhas" no que denominei *Lusitânia Dispersa*. De realçar ainda esta irreprochável conclusão desapassionada e objetiva da Prof^a Ângela Vaz Leão: "... não obstante as variedades portuguesa e brasileira, bem como todos os numerosos dialetos, a língua portuguesa não deixa, entretanto, de , constituir uma unidade, fundada num sistema gramatical e num vocabulário básico comuns e confirmada por uma tradição escrita multissecular" (24-25).

O Prof. Luiz Carlos Travaglia ocupa-se também com os critérios que devem presidir à elaboração de uma gramática padrão e propõe a ampliação de suas bases, quase sempre a da inclusão nelas do que chama "adequação à situação de interação" (p.55), ou seja, "considerar... a variedade escolhida em sua modalidade falada" (p. 57). Arrima-se então ao Projeto NURC e ao seu conseqüente pedagógico, a "Gramática do Português Falado Culto". Remetemos para o artigo já comentado do Prof. Evanildo Bechara, nesta mesma coletânea, onde se analisam critério de avaliação e planos de realização da atividade lingüística.

Na área dos estudos gramaticais, o Prof. Horácio Rolim de Freitas volta-se para uma revisão do conceito morfológico de parassíntese. A definição tradicional é a de que a parassíntese é um processo de formação de palavras em que um termo novo nasce da adjunção simultânea a um termo primitivo de um prefixo e de um sufixo, como em *embarcar* (em+barco+ar). A estranheza do Prof. R. de Freitas está em que: "O prefixo está claro em *em-*, mas a terminação em *-ar* é formada de elementos flexionais" (p. 103). Contudo há casos em que o sufixo aparece como em *entristecer*. Tomando em linha de conta essa ressalva, propõe o Prof. Rolim uma distinção entre *parassíntese real* (caso de *entristecer* e semelhantes) e *parassíntese parcial* (caso mais comum, como o de *embarcar*). À consideração dos professores de língua portuguesa, em particular. Por mim, acho razoável.

O Prof. Sirio Possenti ocupa-se com a questão de saber se se deve ensinar ou não gramática na escola. E a sua resposta é peremptória: *Não* (p.109). Como justificativa, alinha três razões: 1^ª) Falta de gente gabaritada

para ensinar gramática (p. 114); 2ª) Deve-se ensinar atividades relevantes e não gramática (p. 115); 3ª) Mesmo quando se ensina bem gramática, o que se faz é ensinar uma gramática ruim, completamente inconsistente (p. 116).

A primeira razão não diz respeito à gramática em si mesma e sim ao seu conhecimento. De há muito adverte o sábio rifão lusitano: "Quem não tem competência não se estabelece". É, pois, de ordem geral. O mesmo se poderia dizer de um professor de qualquer outra matéria. A não ser que aceitemos a *boutade* do irreverente Bernard Shaw: "Quem sabe faz, quem não sabe ensina".

A terceira razão, igualmente, não impugna a gramática enquanto forma de saber e sim enquanto a qualidade do seu conteúdo. Realmente, uma gramática mal escrita, ou inçada de erros ou falhas não tem lugar em sala de aula. O mesmo se diria de qualquer outro compêndio escolar, desta ou daquela disciplina. A razão é de ordem geral e externa e, portanto, deixa incólume a gramática como instrumento de acesso ao saber.

Já a segunda razão rejeita a gramática como gramática e propõe a sua substituição por "atividade relevante". Mas que é "atividade relevante"? A esse propósito não é muito claro o Prof. Possenti. Do que se segue, em sua exposição, talvez se possa depreender que "atividade relevante" consiste em praticar a língua, quer oralmente, quer por escrito, pois adiante, diz, um tanto sarcasticamente: "A única coisa decente que ainda se faz na aula de português é falar. Enquanto o professor dá aula, muitas vezes, pelo menos, muitos alunos falam" (p. 115).

O que nos parece estar faltando é saber o que o Prof. Possenti entende por gramática. A nosso ver, logicamente, deveria ser este o ponto de partida. É, todavia, só na p. 119 que o professor começa a discutir o assunto. Na sua opinião, "os conceitos mais importantes são três, porque são os que oferecem maior interesse do ponto de vista pedagógico". E a seguir vai enumerando os três tipos de gramática que julga mais importantes: a *normativa* (p.119), a *descritiva* (p.120), a *interiorizada* (p.122). Na verdade, essa tríplice divisão se baseia em critérios heterogêneos. A *gramática interiorizada* se opõe à *gramática conscientizada*, ou seja, no caso, às *gramáticas descritivas* e *normativas*, devendo-se observar que a gramática normativa também é descritiva, pois não passa de descrição da norma culta. Uma vez que "a função da escola é permitir aos alunos o domínio da língua padrão, em especial em sua modalidade escrita" (p.110), fica estipulado que a gramática em que se há de fundamentar esse ensino é a descritiva da norma culta. De onde conclui com toda a pertinência o Prof. Possenti que "é preciso ter claro que não vale a pena ensinar, nem na escola, nem em lugar algum, aquilo que o aluno já sabe" (p. 111). Refuta assim, cheio de razão, a doutrina de lingüistas apressados, para quem "a escola devia ensinar e adotar esses mesmos dialetos não padrões [os populares] na escola "

(p. 110). Cabe aqui a distinção do competente Antônio Houaiss: "A isonomia estrutural postula uma heteronomia cultural" (*A Crise de Nossa Língua de Cultura*: 13).

Ora, as línguas históricas são projeções verbais de um sistema subjacente. Essas projeções geram estruturas, ou, na definição de Hjelmslev, "entidade(s) autônoma(s) de dependências internas", definição que, a meu ver, melhor se aplica a sistema. O sistema, rede de relações opositivas, é uma organização e, como tal, produto da natureza racional do ser humano. A exposição teórica verbal dessa estrutura racional de uma língua (com todos os seus acidentes históricos) é que constitui a sua gramática. O apetite racional da mente humana exige a compreensão como fundamento do saber. E, quando esse fundamento deixa de ser puramente empírico e busca a verdade *in re*, através dos fatos, adquire caráter científico. Mas as línguas vivem no tempo e, com o tempo, necessariamente se alteram, como já o vira Saussure. Em consequência, as estruturas têm de conviver com o que chamei "acidentes históricos", que se conservam nos textos como documentos.

Disse certa vez Meillet que "chaque époque a la grammaire de sa philosophie", o que é verdade no referente ao enfoque teórico dominante em determinados momentos históricos (logicismo, historicismo, estruturalismo, culturalismo). Mas também há de refletir o uso constante dos seus textos, ou seja, a norma vigente numa das faixas históricas de sua realização no tempo. É nesse sentido que a gramática escolar tem de ser normativa, isto é, há de refletir a norma culta de determinada época (classicismo, romantismo, naturalismo). Podemos, pois, situando-nos na perspectiva de Coseriu, alargando-a um pouco, adotar a seguinte linha cronogenética: *sistema, estrutura, norma, texto* (oral ou/e escrito). Ou, para concluir: na escola, gramática e texto, ambos são inseparáveis.

Já nos estendemos demais, e muita coisa (*hélas !*) ainda fica por dizer. Contudo há dois pontos que não podemos omitir.

O primeiro é chamar a atenção para a acentuação tônica da palavra *edito*, no sentido em que a empregou a Prof^a. Bethania Sampaio Corrêa Mariani, no artigo "A Citação na Produção Textual", em referência ao Diretório do marquês de Pombal, de 1757, que visava regulamentar as relações dos índios com o Estado Português. A esse Diretório chama reiteradamente a professora Bethani *édito*, com acentuação esdrúxula.

É sabido existirem dois vocábulos: *édito* e *edito*. O primeiro, do lat. *editus*, part. pass. de *edo*, composto de *do* "dare", com o sentido de "publicado" (o antônimo é *inédito*) como substantivo, significa, consoante os léxicos da língua "ordem judicial publicada por editais"; por conseguinte é sempre matéria judiciária. Já *edito*, do lat. *edictum*, de *dicere* "dizer" é decreto ema-

nado de autoridade executiva, rei, imperador...: *Edito de Caracala, Editio de Nantes*, só para lembrar. Este o sentido que melhor se ajusta ao Diretório de Pombal. Portanto, se assim se quiser chamá-lo, devemos pronunciá-lo à maneira latina, *edito* e não *édito*.

Não podemos também omitir o lúcido artigo do nosso lingüista Carlos Eduardo Falcão Uchôa "A Filologia e a Lingüística no Brasil: para a História de uma relação no campo do estudo da linguagem no século XX", p. 159-175.

Adverte de início (p. 159), o Prof. Uchôa que escolheu "na esperança de correr menores riscos de ser impreciso nesta minha exposição, o período de 1956-59 para começar a repensar, a reconstituir daí, ainda que me atendo aos pontos que julgo mais pertinentes, a história da relação entre a Filologia e a Lingüística no Brasil".

Nesses quatro anos foi o Prof. Uchôa aluno de Letras Clássicas na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Nessa época, salienta Uchôa, mantinha a Faculdade uma situação *sui generis* no tocante ao ensino de Letras: de um lado os professores Celso Cunha (Língua Portuguesa) e Serafim da Silva Neto (Filologia Românica), filólogos. De outro Mattoso Câmara Jr., linguista. A bibliografia mais em uso então eram as *Lições de Português e Trechos Seletos*, de Sousa da Silveira, a *Gramática Histórica*, de Ismael de Lima Coutinho, *Textos Arcáicos*, de Leite de Vasconcelos, no campo da Filologia; na área da Lingüística, os *Princípios de Lingüística Geral*, de Mattoso Câmara Jr. No setor filológico, além dos estudos diacrônicos que predominavam, incluía-se também um pouco de dialectologia, particularmente brasileira, e primícias de Crítica Textual. No tocante à Lingüística, como já dissemos, o livro-chave era os *Princípios* de MC Jr., em 2ª ed., a respeito do qual o professor Uchôa assim se expressa:

Com *Princípios*, sabemos, Mattoso Câmara introduz a Lingüística Moderna no Brasil e em Portugal, procurando divulgar fundamentos da lingüística estrutural européia e também, a partir dessa 2ª ed., norte-americana (p. 162).

Da sua análise, conclui o professor Uchôa, que "naquele período de 1956 a 1959", "A Filologia e a Lingüística opunham-se, vimos, quanto ao objeto de estudo e ao referencial teórico". Passa a seguir a especificar as divergências das duas disciplinas quer quanto ao objeto de estudo, quer quanto ao referencial teórico. Observa a respeito que "O filólogo então é que detinha o *status* que credenciava um estudo sobre a língua como científico" (p. 163). Contra tal orientação, acrescenta, "reagia com veemência Mattoso Câmara, ciente do que se passava em nosso meio acadêmico, defendendo ele a autonomia da Lingüística [L. de Vasc. a via como parte da Filologia], sua condição de ciência geral da linguagem e a cujo objeto cabia o estudo científico da língua" (p. 164). Era então Mattoso Câmara "representante pratica-

mente isolado no Brasil, na sua atividade docente e em sua produção acadêmica" (p. 164). Todavia nota MC Jr. uma outra face da Linguística Moderna: a visão antropológica da linguagem (creio que por influência norte-americana). O que o levou a criar, no Museu Nacional, um Setor destinado ao estudo das línguas indígenas do Brasil. Destarte, a Linguística Moderna, no Rio de Janeiro, trabalharia em duas direções: uma *Geral*, na Faculdade Nacional de Filosofia, outra *Antropológica*, no Museu Nacional, ambas capitaneadas por Mattoso Câmara. O referencial teórico, porém, em ambas era sempre estruturalista (as pesquisas no âmbito das línguas indígenas faziam-se "valendo-se do instrumental estruturalista", p. 165).

O Prof. Uchôa volta a ressaltar que "nas décadas de 40 e 50, assistesse... a absoluta hegemonia no Brasil dos estudos identificados e designados como filológicos" (p. 167). Contudo pouco adiante (p. 169) ressalta que "também é certo que, no correr dos anos 60 e 70, se pode constatar, em nosso país, o crescente prestígio e conseqüente afirmação da Linguística no ensino universitário e na produção acadêmica". Período em que já temos um Uchôa professor e não mais aluno.

Esse crescimento de prestígio caminha de passo comum com o método estruturalista. "Pode-se mesmo dizer que o estudo científico da língua, no Brasil, só é reconhecido como objeto da Linguística, e não mais da Filologia, quando, justamente no correr dos anos 60, a língua portuguesa começa a ser estudada sob o enfoque estrutural" (p. 170). Saliente-se que, por essa época já se fazia sentir uma revisão do método estruturalista na ciência da linguagem, particularmente nos Estados Unidos, com a emergência do gerativismo chomskyano (a 1ª ed. das *Syntactic Structures* é de 1957).

Como se sabe, a gramática gerativo-transformacional de Chomsky surgiu como reação contra o estruturalismo "opressor" de Bloomfield, classificado como simplesmente descritivista e taxionômico. Chomsky investiu, em especial, contra o referencial teórico de Bloomfield, para falar como o Prof. Uchôa, ou seja a sua base metodológica de pesquisa, behaviorismo, psicologia do comportamento. Chomsky acusava Bloomfield de ignorar o aspecto criativo da linguagem (e, nesse sentido, invocava Humboldt), opondo assim o seu mentalismo ao mecanicismo do mestre de Yale. Todavia a apregoada "revolução chomskyana" não nos parece tão antiestruturalista assim. Ao contrário, Chomsky acrescentou (e depois retirou) à manifesta estrutura de superfície uma fantasiosa "estrutura profunda". Como diz Hudson, a técnica de estudar a língua fora do contexto social "é típica de toda a escola estruturalista da Linguística dominante no século XX, *nela incluindo a Linguística gerativo-transformacional*" (*Sociolinguistics*, Cambridge University Press: 3) (o grifo é nosso).

Não se pense, porém, que a Lingüística Estrutural não tenha os seus ganhos incorporados ao patrimônio da ciência da linguagem. Da mesma forma, o Estruturalismo sincrônico não expulsou o Historicismo diacrônico. *Ceci n'a pas tué cela.*

Saussure fez da língua (*langue*) o objeto prioritário da Lingüística, que deveria estudá-la em si mesma e por si mesma, criando assim o imanentismo lingüístico. Mas não excluiu a possibilidade de uma Lingüística da *parole*, que não teve tempo de estudar. Foi o que fizeram e estão fazendo os seus sucessores, ocupando-se com os usos da linguagem que produzem a língua, quer individualmente (atos de fala, análise do discurso), quer coletivamente (sociolingüística, etnolingüística). A Pragmática, de objeto ainda mal definido, poderia ser o nome geral de uma Lingüística da *parole*, acrescida do aspecto semântico enquanto *designação*, tomando esta palavra, na acepção coseriana. Caminharíamos assim no sentido de uma Lingüística por assim dizer *integracionista* e não *fragmentária*. Ou, para falar com a prudência machadiana, "com os haveres de uns e de outros é que se enriquece o pecúlio comum".

E, na linha da humildade, reconheçamos que *sic transit scientia mundi*.

Sílvio Elia
